



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

- Estado do Paraná -

- Praça dos Três Poderes, 500 - 86.870-000 - Ivaiporã - Pr. -

PROJETO DE LEI Nº 21/2000

Súmula: Autoriza o Município de Ivaiporã a receber doação e dá outras providências.

A CÂMARA DE VEREADORES DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber, a título de doação, da Empresa FURNAS – CENTRAIS ELÉTRICAS S. A., com sede na Rua Real Grandeza nº 219, inscrita no CGC/MF sob nº 23.274.194/0001-19, na cidade do Rio de Janeiro – RJ, o imóvel de sua propriedade, localizado no quadro urbano de Ivaiporã, com a seguinte descrição: “Lote nº 06 da Quadra nº 68, com área de 450,00m², situado na Av. Castelo Branco, no quadro urbano de Ivaiporã, com os seguintes limites e confrontações: De quem da Rua o lote olha: FRENTE: Divide com a Av. Castelo Branco, medindo 15,00 metros. LADO DIREITO: Divide com a data nº 05, medindo 30,00 metros. LADO ESQUERDO: Divide com a data nº 05, medindo 30,00 metros. FUNDOS: Divide com a data nº 13, medindo 15,00 metros”, no qual se acha edificada uma casa pré-fabricada de madeira tratada, medindo 122,39m² de área construída, conforme Matrícula nº 30.453, no Registro Geral de Imóveis, Hipotecas e Anexos da Comarca de Ivaiporã.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar a doadora de todos os impostos e taxas referentes à transferência do imóvel constante no artigo anterior para o Município de Ivaiporã.

Art. 3º - Fica também autorizado, o Executivo Municipal, a proceder às despesas necessárias ao recebimento da doação prevista nesta Lei.

Art. 4º - O imóvel a ser recebido em doação, descrito no Art. 1º desta Lei, será cedido pelo Município, em comodato por prazo indeterminado, ao órgão competente da Receita Federal, para a construção da sede própria da Agência de Rendas de Ivaiporã.

Art. 5º - O Executivo Municipal fica autorizado a realizar a cessão em comodato, na forma prevista no artigo anterior, devendo-se estabelecer, no competente termo, cláusula específica dispondo sobre a retomada do imóvel, pelo Município, mediante Decreto do Executivo, na hipótese de desvirtuamento do uso do mesmo por parte da entidade cessionária.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Prefeito Adail Bolívar Rother”, Gabinete do Prefeito, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano dois mil (25-8-2000).

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Submetemos à douta apreciação de V. Exas., o incluso Projeto de Lei nº 21/2000, que trata da autorização desse Legislativo para que o Município receba em doação, de Furnas Centrais Elétricas S.A., o imóvel caracterizado como Data nº 6 da Quadra nº 68,

10/10/10

CA

En

Ata

D

16

3

CAHA

Ai

Em

Ata (s)



Câmara Municipal de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PRACA DOS TRÊS PODERES - CEP: 86870-000 - Fone: (043) 472-1644 - FAX: (043) 472-3149 - IVAIPORÃ - PR

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

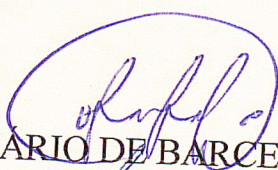
PROJETO DE LEI Nº 21/2000 - DO PODER EXECUTIVO

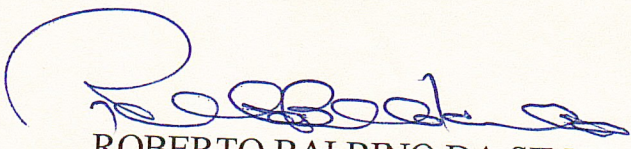
Súmula: Autoriza Município de Ivaiporã a receber doação e dá outras providências.

PARECER :

A Comissão acima mencionada, examinando o referido Projeto de Lei, redigido dentro das normas e regras gramaticais, concluiu ser o mesmo lógico e constitucional, por isso emite parecer favorável à sua aprovação.

Plenário Vereador João Costa, aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil.


MÁRIO DE BARCELLOS


ROBERTO BALBINO DA SILVA


LEONIL GARCIA

Câmara Municipal de Ivaiporã



ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
PRAÇA DOS TRÊS PODERES - CEP: 88870-000 - Fone: (043) 472-1644 - FAX: (043) 472-3149 - IVAIPORÃ - PR

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 21/2000 - DO PODER EXECUTIVO
Sintula: Autarquia Municipal de Ivaiporã a receber doação e das outras
providências

PARECER

A Comissão acima mencionada, examinando o
referido Projeto de Lei, redigido dentro das normas e regras estatutárias, concluiu
ser o mesmo lógico e constitucional, por isso emite parecer favorável à sua
aprovação.

Plenário Vereador João Costa, aos vinte e nove
dias do mês de agosto do ano de dois mil.

ROBERTO BALBINO DA SILVA

MANOEL DE BARROS

LEONILDES GARCIA